

ESPAÇO RURAL: BREVE REFLEXÃO SOBRE A DINÂMICA ESPACIAL DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Maria Magaly Colares de Moura Alencar

Universidade Federal de Pernambuco

magalycolares@yahoo.com.br

Introdução

Ao se analisar a Região da Zona da Mata Sul de Pernambuco na contemporaneidade, houve o esforço de compreender como se deu, ao largo de sua história, a apropriação do espaço e seus processos de territorialização e des-territorialização. Assim, considerou-se que estes movimentos conformaram a realidade regional que, considera-se, se apresentam e contribuem para o melhor entendimento da realidade das populações que foram se constituindo na região.

A região em tela trata-se de um espaço físico, mas também de uma produção humana resultante das relações sociais e da relação das pessoas com a natureza. Existe uma relação entre sociedade e espaço derivada do processo de produção econômica que, simultaneamente, produz o espaço, dentro de um marco temporal específico. Desta forma, a escolha teórica do presente estudo baseou-se análises sobre produção do espaço de Henri Lefebvre.

A construção do artigo guiou-se pelo seguinte percurso: identificação; reunião e fichamento da bibliografia analisada no estudo; visitas de campo à Zona da Mata Sul para, à luz da bibliografia existente, confrontar a sua atual situação com os estudos sobre formação socioespacial brasileira/regional e a produção do espaço no capitalismo. Espera-se, por meio do trabalho, contribuir para análise do processo de produção do espaço capitalista na região, considerando as problemáticas e os desafios que se põem à realidade analisada.

Sobre a Produção do Espaço Capitalista

Nas suas discussões, Lefebvre analisa o espaço como um produto histórico e social, resultado das ações humanas que, no marco do modo de produção capitalista, passa a possuir um dado valor a partir da adição do valor do trabalho. Assim, em Lefebvre, a sociedade que produz e reproduz o espaço se relaciona intrinsecamente com o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção e, de forma ampla, na configuração de formas espaciais.

Em Lefebvre (1972), a produção do espaço é compreendida na lógica do modo de produção capitalista. Para tanto, precisa-se considerar a teoria de Marx acerca do valor da terra, resultante da adição de trabalho naquilo que se produz. Portanto, a terra, em si, é considerada sem valor.

No entanto, a terra – no contexto da dinâmica capitalista – passa a ter um valor, uma vez que, nos termos do estatuto jurídico de uma sociedade que zela pela propriedade privada, torna-se mercadoria independente de sua capacidade de produção. O acesso a terra, nesses termos, determina o domínio de uma classe social sobre outra. Tal processo engendra a necessidade de terra aos que não a possuem e, em concomitância, uma concentração nas mãos de poucos - o que ocasiona, em diversas sociedades, crises sociais decorrentes do acesso a terra, seja rural ou urbana.

Analisando o valor da renda da terra, Martins (1981) assinala que a terra em si não é produto do trabalho, e por isso não é capital e não tem valor. Partindo dessa assertiva o autor considera que a terra não poderia ser apropriada por um processo igual ao da produção capitalista. Martins (1981) afirma ser uma irracionalidade na lógica capitalista a imobilização de capital na terra, pois a terra parada não produz e não reproduzirá mais capital.

Também denominada de renda territorial ou renda fundiária, a renda da terra pode aparecer, no modo de produção capitalista, sob as formas absoluta, diferencial e de monopólio. A renda absoluta se processa quando existe o monopólio de uma classe ou fração desta sobre a terra e, para colocá-la para produzir, há a cobrança de um tributo. Essa modalidade de renda é extraída mediante a elevação artificial dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção. Extrai-se, depois, a fração da massa de mais-valia dos trabalhadores. Essa modalidade de renda é paga por toda a sociedade aos proprietários da terra para que possam tornar/manter suas terras para produzir.

A concorrência entre os produtores capitalistas é a marca da renda diferencial da terra. Esse tipo de renda ocorre da diferença entre preço individual da produção de cada produtor e o preço da produção geral. Classifica-se em renda diferencial I e II, onde a primeira se dá em virtude da diferentes fertilidades do solo – solos mais férteis e mais produtivos – e da proximidade ou não das terras em relação aos centros consumidores e processadores – quanto mais distantes, menor tende a ser a renda da terra – e a existência ou não de um sistema de transporte eficiente. A segunda, renda diferencial II, ocorre quando se dá as inversões de capitais para melhoria da fertilidade da terra, melhorias genéticas das plantas, intensificação dos investimentos de capitais no processo produtivo. Harvey (1980)

assinala que na renda diferencial incidem valores por qualidades naturais ou agregadas ao solo pelo trabalho.

No que se refere à renda da terra de monopólio, esta resulta de certa mercadoria produzida, determinada pela vontade e capacidade de pagamento dos compradores independente do valor dos produtos ou do preço geral de produção. De acordo com Harvey (1980), a renda de monopólio cobra por condições únicas, também naturais ou construídas. Dessa maneira, uma parcela do solo não tem exatamente a mesma localização que outra, por isso atribui qualidade monopolística.

De acordo com Martins (1981), a irracionalidade de capital na terra é meramente aparente, em virtude da capacidade do modo de produção transformar tudo em mercadoria, e conseqüentemente passível de comercialização. Sendo assim, mesmo quando há monopólio sobre a terra, sem lhe adicionar trabalho e produção, a demanda por terra (para plantar, morar, instalar atividades) confere-lhe valor e preço. Em tese, isso ocorre por que na economia capitalista o que determina a regulação da terra é a lei da oferta e da procura.

Sobre isso, Rodrigues (1991) explica que a lei da oferta e da procura no caso da terra é coadjuvada por outros mecanismos detentores de certas peculiares, quais sejam: são destituídos de valor, uma vez que não há adição do trabalho humano; em caso de grande demanda, tem seu preço elevado ao invés de diminuído; e, na determinação da variação dos preços das terras urbanas, estão incluídos, ainda, os atributos específicos de cada terreno.

Nesse cenário, a propriedade da terra mantém-se no quadro da propriedade privada em geral mesmo no estágio avançado de desenvolvimento capitalista onde a técnica, as informações, o dinheiro e o capital se impõem. Assim, proprietários e burguesia, quando não personificados na mesma figura, enriquecem comprando e vendendo terra, reconstituindo sobre a base de um monopólio a propriedade e a extração da renda da terra. A propriedade da terra, reconstituída pelo capitalismo, pesa sobre o conjunto da sociedade (Lefebvre, 1999).

No que se refere à relação entre o valor da terra e o espaço, considera-se este como condição da existência da vida e da produção econômica. Portanto, da reprodução do capital. Assim, no modo de produção capitalista ocorre uma valorização para valorização do espaço: torna-se objeto, veículo e produto do capital, possuindo valor intrínseco. É dotado de um valor intrínseco, de condições naturais e de condições artificialmente produzidas e/ou incorporadas pelo capital e pelo trabalho humano e da técnica. Dessa maneira, como as condições naturais e as incorporações de capital, técnica e trabalho não são distribuídas homogeneamente, há diferença na valorização do espaço (Moraes e Costa, 1984).

Assim, considera-se que o espaço possui valor de uso e de troca. O valor de uso correspondente à sua utilidade de mercadoria, com suas propriedades físicas, resultante da adição de trabalho e da necessidade primária daquele que consome. O valor de troca é resultante da relação quantitativa da mercadoria e das necessidades criadas para seu consumo.

É na relação dialética entre o valor de uso e o valor de troca que ocorre um dos processos de produção do espaço. Isso porque o espaço considerado como mercadoria precisa deter condições específicas quanto à produção, à apropriação e ao consumo. Carlos (2005; 2001) salienta que nesse processo, dentro dos marcos de produção capitalista, o espaço torna-se não apenas espaço de consumo, mas espaço objeto de consumo. Assim, o espaço além de ser um meio de produção também é um produto social e, como tal, criado para ser usado, para ser consumido.

Enquanto meio de produção, não pode ser separado das forças produtivas ou da divisão social do trabalho, que lhe confere forma, ou do Estado e das superestruturas da sociedade. Em seus estudos Lefebvre (1979) afirma e reafirma a dimensão de força produtiva do espaço. No processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, desencadeia a racionalização do uso do espaço, que se vincula ao processo de urbanização, cuja intensificação está ligada consubstancialmente a constituição da sociedade capitalista.

Para Lefebvre (1976), o espaço constitui-se como uma abstração concreta que é, simultaneamente, produto das ações sociais e estruturante das mesmas. É, ao mesmo tempo, uma realização material do trabalho humano e produto das relações sociais de produção. Em suas análises, o autor afirma ser o espaço uma mercadoria que encerra a realidade de todas as outras, bem como suas relações sociais. Assim, enquanto mercadoria representa um objeto material. Mas, diferente das demais, ele recria relações sociais ou ajuda a reproduzi-las.

A produção do espaço é marcada por uma materialização através de um processo social específico com o qual reage, opondo-se a si mesmo. Assim, faz-se, ao mesmo tempo, produto e produtor, meio de relações sociais e reproduzidor de relações sociais. Essa relação, em Lefebvre (1996), é dialética e ontológica, o que origina a natureza multifacetada do espaço na sociedade capitalista.

Lefebvre (1991) discute a formação do espaço como um dos elementos definidores da singularidade pensada na escala das peculiaridades nacionais e seu desenvolvimento histórico. Para o autor, processo de desenvolvimento das sociedades humanas é algo relacional: os espaços rural e urbano desenvolvem-se interligados, interdependentes, em concomitância. Desta forma, ao se pensar o desenvolvimento da sociedade urbana reflete-se como se estabeleceu sua relação com o rural.

Território Rural e as Relações Rural-Urbanas no Capitalismo Contemporâneo

O espaço é uma produção humana resultante das relações sociais da relação e das pessoas com a natureza. Existe uma relação dialética entre sociedade e espaço, a qual derivar do processo de produção econômica que, simultaneamente, produz o espaço geográfico, dentro de um marco temporal específico.

Considerando o fato de não haver sociedade a-espacial, o estudioso define o espaço como sendo permanente e com uma função dupla e simultânea: produtor e produto. Produtor porque daria aos homens os meios de sobrevivência. Produto porque, ao longo da sua história e por meio do trabalho, os homens foram transformando a natureza. Assim, o autor formula o conceito de espaço geográfico como sendo natureza modificada pelo homem através de seu trabalho. Desta forma, produção e produção do espaço seriam, em Milton Santos, atos indissociáveis. O espaço seria, então, social e natural devido a sua inclinação em modificar-se de acordo com os processos históricos.

O território, para Santos (1992), diferente do espaço, seria uma porção do espaço definido por uma relação de poder “coercitiva”, a qual determinaria os tipos de relação entre as classes sociais e as formas de ocupação do território. A formação do território perpassaria o espaço, cuja forma seria conduzida de acordo com técnicas vigentes utilizadas no mesmo. Configurar-se-ia pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. O território adotaria espacialidades particulares, conforme o movimento da sociedade (nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros). Seria constituído por elementos da ordem pública ou social (fixos) e fluxos (elementos públicos e privados que variariam de país para país, de acordo com a maior ou menor abertura deste as teses privatistas).

Haesbaert (2004) assinala que o território possui dimensão simbólica e cultural. Por meio dela, uma identidade territorial é atribuída pelos grupos sociais como forma de apropriação sobre o espaço onde vivem. Além disso, o território possui uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar e político-econômico. O território e os processos de des-territorialização seriam diferenciados pelos sujeitos que exercem o poder e controlam o espaço e os processos sociais nele em curso. O poder a que se refere Haesbaert (2004) não é apenas o político-administrativo, é tanto o poder no sentido político quanto o poder simbólico

– os quais, para o estudioso, relacionam-se, respectivamente, aos processos de apropriação e dominação do espaço.

Haesbaert (2004) aponta que a dimensão do ‘vivido’ compõe o campo do simbólico, da apropriação, do valor de uso, agregando ao território um caráter múltiplo, diverso e complexo. Enquanto que a ideia da unifuncionalidade territorial abarca a proposta capitalista hegemônica para a dominação do território. Assim, o território está imerso em um processo *continuum* de dominação e apropriação: da dominação político-econômica e funcional para o capital; e da apropriação cultural-simbólica que, por sua vez, é sufocada pela dominação, não possibilitando uma efetiva reapropriação do território em virtude do aparato político-empresarial que o transforma em mercadoria.

Esta será a perspectiva de território adotada no presente estudo, por vincular-se a leitura de realidade social da produção do espaço em uma perspectiva lefebvrea. Desta forma, compreende-se o espaço lefebvrea como “espaço feito território”, no qual a sociedade humana desenvolve-se de acordo com cada modo de produção, e a cada nova fase de um modo de produção. Neste sentido, Lefebvre (1972) salienta a existência do rural, que antecede ao urbano, pois:

“la comunidad rural se mantiene, se defiende, desaparece o se reconstituye bajo modos de producción muy diferentes: esclavista, feudal, capitalista, socialista. Persiste, más o menos viva, en ascensión o disolución, desde los tiempos más remotos hasta nuestros días; ciertamente no extraña a las vicisitudes de la historia y las transformaciones económico-políticas, pero con vida e historia propias”. (LEFEBVRE, 1972, p.27)

Abramovay (2000) assinala o caráter territorial do rural, no qual o rural deve ser analisado considerando as transformações internas e externas pelas quais vem passando, estabelecendo novos tipos de articulações e configurando novos territórios. O autor considera que o bem-estar econômico do rural é dependente da economia das cidades mais próximas bem como dos grandes centros urbanos mais próximos.

Nas relações econômicas, o rural não está mais atrelado apenas às atividades agropecuárias, mas ao uso da terra para outras atividades como prestação de serviços, local de moradia e ocupações não agrícolas, apesar de considerar que essas “novas” atividades não configuram toda a realidade do campo brasileiro. No entanto, há uma ampliação dessas características, fazendo com que o rural não mais seja identificado apenas com as ocupações agrícolas.

Nesse sentido, Graziano Silva (1999, p. 28) assinala que:

[...] o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

As ideias do autor apontam para uma nova perspectiva: um novo rural com novas relações de trabalho, atividades, padrões de produção e com novas estratégias de sobrevivência. Nos últimos anos têm se multiplicado as referências à existência de um processo de transformação no espaço rural brasileiro, o que implica uma possível constituição de “um novo mundo rural”. Segundo Graziano Silva (1999), o novo rural é uma realidade no Brasil que revela uma complexidade, onde ocorrem grandes transformações que envolvem a relação entre o rural e o urbano.

As discussões sobre a relação entre o rural e o urbano voltam à pauta dos debates em virtude da rapidez e intensidade das mudanças técnicas, socioeconômicas e ambientais que vem se processando na sociedade a partir da segunda metade do século XX. Essa dinâmica passou a exigir a compreensão de que o rural e o urbano não devem ser mais pensados como recortes territoriais isolados.

Para Carlos (2005), ‘rural’ e ‘urbano’ são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural diz pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização contemporânea.

Em Lefebvre (1999), a continuidade entre urbano e o rural tornar-se visível quando o autor propõe demarcadores (*espacial*, modificação do espaço; e *temporal*, desenvolvimento do processo ao longo do tempo), para retratar desde a ausência de urbanização até a urbanização completa. Todavia, para o autor, os extremos não seriam observáveis na sociedade moderna, ou seja, um lugar totalmente rural e nem totalmente urbano.

Lefebvre (1999) assinala que a constituição da cidade comercial, que progride para a cidade industrial, possibilitou profundas e significativas mudanças socioeconômicas e políticas. Estas mudanças levaram a subordinação do rural pela cidade industrial, a qual tenderia a evoluir para uma “zona crítica”. Porém, antes disso, ocorreria uma concentração urbana que seria promovida principalmente pelo êxodo rural. Isto ocasionaria a extensão do tecido urbano sobre o rural.

Todo esse processo seria ocasionado pelo desenvolvimento do capitalismo, nos movimentos de dominação e apropriação que conformam a realidade. Nesse sentido, na

perspectiva adota por este trabalho, busca-se considerar o processo de dominação e apropriação, que são históricos.

A Produção do Espaço Capitalista: Formação Socioespacial da Mata Sul de Pernambuco.

De acordo com Furtado (2007, p. 27), a apropriação do território brasileiro se situa no processo de ocupação do continente americano. A colonização do continente americano está no bojo da expansão do comércio interno europeu, que necessitavam, em virtude da grande ampliação econômica ocorrida a partir do século XI e dos empecilhos criados pelas invasões turcas, de novas rotas para dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento. A chegada às terras americanas, conforme o autor é um episódio deste momento histórico. As medidas políticas adotadas que foram tomadas para esta ocupação resultaram no início da exploração agrícola das terras brasileiras.

Wanderley (1978) salienta que a formação social do Brasil constituiu-se por meio de uma colonização voltada, fundamentalmente, para a acumulação do capital comercial europeu. O espaço brasileiro, em particular da Mata nordestina, organiza-se pelo capital em sua fase mercantilista; e desde o início prioriza a lógica da produção tendo por base a exploração da mão-de-obra escrava.

No que concerne a organização da sociedade açucareira fundada por esse tipo de ocupação, Wanderley (1978) e Andrade (2005) descrevem a pirâmide da sociedade açucareira, que tinha em seu corpo senhores de engenhos, lavradores, moradores e empregados, e os escravos. Salienta-se que os escravos, juntamente com a terra e os meios de produção, constituíam-se enquanto propriedades dos senhores de engenhos.

Quanto ao morador e ao empregado, de acordo com Andrade (2005), o segundo vinculava ao senhor de engenho por meio dos trabalhos técnicos, não dominados pelos escravos africanos ou indígenas, o que exigia a contratação de mão-de-obra assalariada vinda, por vezes, de fora do país; já o primeiro recebia autorização para utilizar um pedaço de terra e construir uma choupana e um roçado. O autor chama a atenção para o fato de que esta população, quando da extinção do tráfico negreiro, veio a constituir uma reserva de mão-de-obra a ser utilizada pelos proprietários dos engenhos.

Wanderley (1978) salienta que, embora livres os proprietários de terras e escravos, submetiam-se aos jogos dos senhores de engenhos que lhes pagavam pelo produto da cana como bem lhes aproovessem, sendo, nas palavras de Andrade (2005), o conflito entre

senhores de engenho e lavradores um “*o ponto nevrálgico*” do processo de produção açucareira.

Com o fim do tráfico negreiro, a independência brasileira e a abolição da escravidão, reconfigura-se o cenário nos canaviais pernambucanos. Esta nova realidade, forjada pelas pressões internacionais, demanda a conformação de uma massa de trabalhadores assalariados, que vem a ser composta de moradores, lavradores e escravos livres (Wanderley, 1978; Andrade, 2005).

De acordo com Ianni (2004), a transformação dos lavradores em trabalhadores deu-se de maneira lenta e repleta de contradições, onde ocorreu a separação entre o produtor e a propriedade do meio de produção. Segundo o autor, a formação do trabalhador rural é resultado da ruptura das antigas relações de produção que - em virtude do desenvolvimento das forças produtivas, das transformações do mercado nacional e internacional - quebra o vínculo dos lavradores com o sistema social da fazenda. E é neste processo de ruptura que surge o trabalhador assalariado.

Na Mata pernambucana, o processo de formação social do trabalhador, livre para vender sua força de trabalho, foi, segundo Wanderley (1978), permeado de particularidades. Seu salário, por exemplo, era dividido em duas partes: a primeira seria a monetária, correspondente ao salário propriamente dito, e a segunda, o direito de utilização da terra para a cultura de subsistência, que seria revertida em dias de trabalhos gratuitos ao proprietário. Nessa realidade, salienta a autora, o vínculo com a terra não era de caráter jurídico, sendo possível a qualquer momento, serem manipulados pelos proprietários, de acordo com a conjuntura econômica da cana de açúcar.

A expansão da cultura da cana foi além dos limites da Mata Sul com o Agreste, onde havia pequenos agricultores com terras arrendadas, os quais foram expulsos pelos proprietários para dar lugar ao plantio da cana; e na Mata Sul, as áreas delimitadas para a cultura alimentar dos trabalhadores foi suplantada pela cana-de-açúcar, o que tornou mais difícil a vida dos trabalhadores rurais (Wanderley, 1978).

Concomitante a formação da força de trabalho da cana-de-açúcar, ocorre também às intervenções políticas que mediarão à permanência do sistema de dominação dos donos de engenhos. Uma dessas intervenções foi causada pela necessidade de modernização da produção açucareira. Esta modernização teve caráter técnico (introdução de novas técnicas e maquinários na produção do açúcar) e gerencial (nova forma de organizar os engenhos com o intuito de não perder a competitividade no mercado internacional).

Segundo a autora, principalmente após a proclamação da república, os engenhos centrais foram fechados ou transformados em usinas. Wanderley (1978) salienta que os engenhos centrais não se firmaram em virtude da ação organizada da aristocracia rural, que manteve uma postura defensiva de sua propriedade, não enviando com regularidade a matéria-prima para a produção do açúcar, o que levou ao declínio dos engenhos. A consolidação das usinas representa uma nova fase das forças produtivas e uma transformação nas relações de produção que se estabeleciam na região da Mata Sul pernambucana.

Durante a primeira metade do século XX, mesmo com a crise da década de 1920, as usinas tiveram certo dinamismo. No entanto, os conflitos entre usineiros, fornecedores de cana e lavradores acentuaram-se, de modo que a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi uma intervenção estatal com fins de disciplinarização e regionalização da agroindústria, promulgação de leis que regulamentassem as relações dos grupos sociais envolvidos no processo. (Andrade, 2001).

Andrade (2001) aponta que a adoção de uma política mais unificada por parte do governo reduziu o número de usinas sendo as mais afetadas as pequenas usinas. Porém, em virtude da importância da produção do álcool, foram instaladas duas destilarias desvinculadas de usinas. A criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), no entanto, possibilitou recursos para que as usinas pudessem ampliar suas atividades industriais e a expansão das terras cultiváveis. Nesta fase, privilegiou-se o fortalecimento dos grupos econômicos privados, mantendo-se esta política governamental durante o período militar por meio de subsídios.

Convém assinalar que o processo de industrialização da produção açucareira foi o processo de consolidação da mão-de-obra assalariada dos canaviais pernambucano. Sendo assim, não é possível refletir sobre a industrialização canavieira desconsiderando a formação da classe dos trabalhadores do campo.

É importante destacar que estes movimentos são resultantes do embate entre os processos de dominação e apropriação do território. De um lado, as intervenções governamentais que buscaram manter o monopólio do latifúndio e da agroindústria na região representam os processos de dominação do capital, por meio do Estado, sobre o território. Por outro, a reação dos trabalhadores, diante das limitações do cotidiano, expressa nas condições de vida e trabalho, é um processo de apropriação/reapropriação do território, que, segundo Lefebvre (1986), deveria prevalecer à dominação, o que não acontece.

Nas últimas décadas vem-se assistindo a acentuação da crise da agroindústria açucareira Pernambucana. O fechamento de usinas em Pernambuco, principalmente na Mata

Sul, ocorreu sem o pagamento das suas dívidas, inclusive as trabalhistas. (Heredia et al, 2002). É neste cenário que as ocupações de terra, pouco expressivas até então, vieram a se torna instrumento de luta para o enfrentamento da crise por parte dos trabalhadores rurais (Heredia et al, 2002).

Segundo Sigaud (2004), a crise no setor foi o somatório de uma alteração nas diretrizes do governo brasileiro em relação à agroindústria da cana – supressão de subsídios, privatização das exportações, elevação da taxa de juros. De acordo com Sigaud (2004), a situação de falência das usinas levaram muitos trabalhadores que residiam e trabalhavam nos engenhos a enxergar como solução a ocupação das terras onde trabalhavam, assim solicitaram aos e aos movimentos sociais, a organização de acampamentos e pedidos de desapropriação.

Rosa (2004) e Sigaud (2004) salientam que não foi apenas a crise do setor sucroalcooleiro da região que fez emergir a onda de ocupações de terras, uma vez que a situação de desemprego sempre fora presente no período da entressafra da cana (de março a agosto). Um elemento determinante neste processo de ocupação foi à luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais e, neste sentido, muitos sindicatos lutaram pela garantia dos direitos legais dos trabalhadores na Justiça do trabalho, fosse para manutenção dos empregos, fosse para o pagamento das multas em virtude da demissão injustificada de trabalhadores, e parte dessas multas foram realizadas por meio da desapropriação da terra usinas.

A crise do setor sucroalcooleiro da Mata Sul juntamente com o processo de Reforma Agrária instaurou novas formas de organização da produção (ou novas expressões de antigas formas de produção), que acarretaram uma reorganização territorial, estabeleceram novos tipos de relações sociais e que modificaram o cenário local.

Na atual fase do capitalismo a globalização acelera-se trazendo consigo uma exclusão social e econômica causadora de condições de desempregos e subcontratações, observando-se a ausência dos direitos trabalhistas, sendo as mulheres as maiores vítimas. Neste período todos os lugares participam direta e indiretamente do movimento do capital global, que reestrutura a produção e os territórios (Rossini, 2012).

É neste contexto que se situa a Zona da Mata Sul de Pernambuco. De um lado, há o predomínio da cana-de-açúcar, que embora não tenha sua produção tão mecanizada como na região Sudeste do país, está vinculado ao mercado de produção sucroalcooleira, adquirindo papel importante na região. Apesar de estar em uma situação de periferação, a produção de cana na região é perpassada por uma exploração de terra e de mão de obra, o que a transforma em um elemento agregado à economia mundial, tendo demonstrado capacidade de estabelecer

conexões com outras localidades por meio de redes de relações, sem deixar de reproduzir as relações de sociabilidade locais, cuja origem remete ao período colonial (Machado, 2012).

De outro, está o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)¹, localizado no município de Ipojuca², Região Metropolitana do Recife (RMR). Embora seja localizado em uma área metropolitana, a sua área de influência estende-se, ao sul, até o estado de Alagoas, e ao norte à Paraíba (Ministério dos Transportes, s/d)³. Devido a sua área de influência, o CIPS vem modificando o cenário da Mata Sul.

A instalação do Complexo implicou em um impacto socioambiental à região, ocasionando, para sua implementação, a expulsão de agricultores familiares de suas terras, pescadores artesanais de suas áreas de trabalho, a desapropriação de engenhos da reforma agrária dos anos de 1970, além da destruição das áreas estuarinas que compunham o cenário local e um desequilíbrio ambiental resultante da implantação das grandes indústrias na região (Alencar, 2013).

Nesse cenário, o Território Rural da Mata Sul, assim como outras parcelas do espaço social brasileiro, é resultado da coexistência de várias sociais e territoriais do trabalho, decorrentes de vetores externos que demandaram uma transformação na sua base material e uma adaptação nas maneiras de se trabalhar. Dentro deste contexto, a concentração do uso da terra no Território em estudo impede que esta cumpra sua função social de gerar condições de vida para os que nela trabalham. E é dentro desta realidade social que os desafios para o desenvolvimento social rural se estabelecem.

Em seus estudos sobre o Território da Mata Sul de Pernambuco, apesar do território apresentar, de acordo com os indicadores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Índice de Condições de Vida (ICV) mediano, isto não implica em condições de vida dignas, sendo, nestes indicadores, relativizados as condições reais de reprodução dos moradores do rural, as quais estão vinculadas as condições macroeconômicas ligadas às estruturas agrárias que se estabeleceram historicamente e que são adversas à agricultura familiar e aos demais atores sociais que nele vivem.

Considerações Finais

¹ A Lei Estadual nº 7.763 de 07 de novembro de 1978 criou a empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário para administrar o desenvolvimento das obras, tendo sua implementação realizada 15 de março de 1980 e seu primeiro cais inaugurado em 09 de maio de 1986.

² O município de Ipojuca compunha a Mata Sul de Pernambuco até quando pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de julho de 1973 passou a fazer parte da Região Metropolitana do Recife – MRM.

³ Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/suape.pdf>. Acesso: 25/07/2012.

O movimento de articulações espaço-sociedade que molda a Zona da Mata Sul pernambucana dar-se por meio da relação propriedade da terra / mão-de-obra, que mesmo com o processo de Reforma Agrária na região, manteve hegemônico o poderio da monocultura da cana-de-açúcar e as suas formas de exploração, seja com o pequeno agricultor que, em virtude da demanda do mercado, planta cana-de-açúcar para revendê-las a engenhos; algo análogo ao que descreve Andrade (2005) em seus estudos sobre a região quando relata a situação dos lavradores frente aos senhores-de-engenho; seja como o trabalhador rural assalariado, que nas últimas décadas, em virtude do processo de Reforma Agrária, ao processo de luta pela terra pelos movimentos sociais e à crise no setor agroalcooleiro tornou-se agricultor familiar e tenta adaptar-se a realidade de homem do campo.

Os primeiros submetem-se a jogo do mercado da cana-de-açúcar e aos atravessadores, que lhes ditam a regra as quais recaem no rendimento da unidade familiar. Já os segundos, enfrentam a luta de, em uma região onde a cana-de-açúcar ainda é dominante promover a diversificação da agricultura, ante a falta de infraestrutura da região para o desenvolvimento da Agricultura Familiar; o que não é de todo insucesso, visto que localidades em algumas localidades da região tem se desenvolvido uma agricultura diversificada.

Nesse sentido, a compreensão de que o processo de formação socioespacial da região pode contribuir na formulação de políticas públicas para o fortalecimento dos seguimentos mais vulneráveis da região, o agricultor familiar e o trabalhador rural. Dessa forma, é importante contextualizar as diferenças entre o urbano e o rural, tendo em pauta que estes espaços não devem ser analisados de forma isolada, considerando o movimento global do processo de espacialização do capital.

Referências

ABRAMOVAY, R. 2000. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p 379-397, abr./jun.

ALENCAR, M.T.; MENEZES, A.V.C. 2009. Ação do Estado na Produção do Espaço Rural. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. V.4, n 8, p. 121-174.

ALVES, G. 2010 *O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação*. FFLC. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso: 13/04/2012.

ANDRADE, M. C. 1995. *A questão do Território no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

- ANDRADE, M.C. 2001 *Espaço e Tempo na Agroindústria Canvieira de Pernambuco*. Estudos Avançados, 15 (43).
- ANDRADE, M.C. 2005. *A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª edição. São Paulo: Cortez.
- CARLOS, A. F. 2001. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto.
- CARLOS, A. F. A. 2005. A reprodução da cidade como “negócio”. In CARLOS, A. F. A., CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto.
- BRASIL. 1963. *Estatuto do Trabalhador Rural – Lei n. 4.214 de 02 de março de 1963*. Senado, DF.
- BRASIL. 1964. *Estatuto da Terra. Lei Ordinária Federal n. 4.504, de 30 de Novembro de 1964*. Senado: Brasília.
- FURTADO, C. 2007. *Formação Econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, J. 1999. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas, 1).
- HAESBAERT, R. 2005. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. X encontro de Geógrafos da América Latina. In.: *Anais...* São Paulo: USP.
- HAESBAERT, R. 2004. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre, Disponível:
<http://w3.msh.univtlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>. Acesso: 14/08/2010.
- HEREDIA, B. Et Al. 2002. *Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril,. Disponível em:
<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/heredi18.htm>. Acesso: 18/06/2012.
- IANI, O.2004. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LEFEBVRE, H.197. La Produccion del Espacio. In: *Revista de Sociologia*. N. 3 (p. 219-229). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47404221/Lefebvre-Henri-La-produccion-del-espacio>. Acesso: 22/08/2011.
- LEFEBVRE, H. 1975. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- LEFEBVRE, H. 1976. *Espacio y política: el derecho a la ciudad*, II. Barcelona: Ediciones Península.
- LEFEBVRE, H. 2001. *O Direito a cidade*. Centauro. São Paulo.

- LEFEBVRE, H. 1999. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- MACHADO, M.R. A Cana de Açúcar nos Assentamentos da Reforma Agrária da Zona da Mata Sul. In: GEHLEN, V.; LAINÉ, P.C.V (org.). 2012. *Costurando com Fios Invisíveis: a fragmentação do território rural*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- MARTINS, J. S. 1995. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. 2007. Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão popular, p. 39-53.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. 1984. *Geografia Crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- ROSA, M. 2004. As Novas Faces do Sindicalismo Rural Brasileiro: A Reforma Agrária e as Tradições Sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 3, pp. 473 a 503.
- RODRIGUES, A. M. 1991. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto.
- ROSSINI, R. 2012. Interligações do Rural-Urbano e Desenvolvimento Sustentável. In: GEHLEN, V.; LAINÉ, P.C.V (org.). *Costurando com Fios Invisíveis: a fragmentação do território rural*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- SANTOS, M. 1992. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M. 1996 *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- SIGAUD, L. 2005. As Condições de Possibilidades das Ocupações da Terra. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v 17, n 1., pp. 255-280.
- VEIGA, J. E. 2002. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se imagina*. São Paulo: Editores Associados. Disponível em:
<[http://www.zeeli.pro.br/Textos/ultimos_trabalhos/\[2002-03\]Prefacio_Introducao_ao_livro_Cidades_Imaginaras.htm](http://www.zeeli.pro.br/Textos/ultimos_trabalhos/[2002-03]Prefacio_Introducao_ao_livro_Cidades_Imaginaras.htm)>. Acesso em julho de 2008.
- VEIGA, J. E. 2005 A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. *Cadernos do CEAM*. v. 17, p. 9-22, fev. 2005. Disponível em:
<http://www.zeeli.pro.br/Textos/outrostrabalhos/A_RELACAO_RURAL_URBAN_O_NO_DR_UNISC_2004.htm>. Acesso em julho de 2008.
- WANDERLEY, M.N.B. 1978. *Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.